

ESTATUTO DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL – PROS

TÍTULO I DO PARTIDO E DOS OBJETIVOS

CAPÍTULO I DA DURAÇÃO, DA SEDE E DO FORO.

Art. 1º O Partido Republicano da Ordem Social, conhecido pela legenda "PROS", é uma organização política com personalidade jurídica de direito privado, com duração por prazo indeterminado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, exerce sua função em todo o território nacional nos termos do seu Programa, do seu Estatuto, regimento interno e do Código de Ética.

Art. 2º - O "PROS" é representado em juízo ou fora dele pelo presidente da Comissão Executiva.

§ único – Nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios o Partido será representado pelos respectivos presidentes regionais e municipais nos termos do presente Estatuto.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º O Partido Republicano da Ordem Social – PROS, tem por objetivo a participação no processo eleitoral em todos os níveis da federação, individualmente ou coligado, nos termos da lei e pelas normas estabelecidas na legislação federal em vigor, com o fim de eleger representantes nos diversos órgãos da administração pública, seja no poder legislativo ou no poder executivo.

Art. 4º - tem como estrutura interna a democracia e a disciplina, tendo como objetivos a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; a realização para o desenvolvimento humano, devendo o trabalho prevalecer sobre o capital e com o equilíbrio da distribuição da riqueza nacional entre todas as classes sociais e em todas as regiões.

TÍTULO II DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, DO PROCESSO DE ADESÃO.

Art. 5º - Poderão se filiar ao "PROS" brasileiros em pleno gozo de seus direitos políticos, na forma lei e nos termos do que estabelece o presente Estatuto.

§ 1º – o ato de filiação voluntária corresponderá à aceitação do Programa, do Estatuto do Partido, Regimentos, código de ética e suas diretrizes, se comprometendo a cumpri-las, não sendo defeso ao filiado, em qualquer circunstância, alegar ignorância das normas partidárias para defender interesses individuais;

§ 2º - A filiação partidária poderá ser realizada por sistema informatizado via web, de responsabilidade da direção nacional, ou por ficha preenchida e assinada junto ao órgão de direção municipal, Regional e Nacional;

§ 3º - Quando realizada por sistema informatizado, cumprirá à direção nacional do Partido transmiti-la e providenciar a inclusão do novo filiado no sistema de filiação partidária da Justiça Eleitoral, ou atribui-la ao órgão Regional ou Municipal;

§ 4º - Os expulsos ou impedidos de se filiar ao partido por decisão legítima de qualquer órgão da administração partidária não poderão se filiar, salvo se por decisão da maioria absoluta da Executiva Nacional.

Art. 6º - A filiação partidária será cancelada:

- I – por morte;
- II – por perda dos direitos políticos;
- III – por expulsão;
- IV – por cancelamento;
- V – por desligamento voluntário.

Art. 7º - O partido, na forma da lei e por seus órgãos de direção municipal, regional ou nacional, encaminhará aos juízes eleitorais, na segunda semana dos meses de abril e outubro, a relação atualizada de todos os seus filiados por intermédio do sistema informatizado da Justiça Eleitoral.

TÍTULO III

DOS DIREITOS E DOS DEVERES DOS FILIADOS

Art. 8º - Constituem direitos dos filiados ao "PROS":

I – participar das reuniões ordinárias dos órgãos de direção partidária com as observações estatutárias necessárias quanto à legitimidade e direito de voto;

II – votar nos candidatos para os cargos da administração partidária dentro da sua circunscrição;

III – ser votado para exercer cargos na administração partidária, desde que filiado há mais de 5 (cinco) anos no partido e não tenha sofrido qualquer sanção administrativa por insubordinação ou ofensa aos princípios de fidelidade partidária;

IV – votar e ser votado em convenção para os cargos eletivos dentro da circunscrição nos termos do estabelecido neste Estatuto.

§ único – é defeso ao filiado participar, ativa ou passivamente, de campanhas eleitorais de candidatos de outras agremiações partidárias ou coligações, salvo se autorizado pelo órgão da administração nacional partidária e não representar, em nenhuma hipótese, prejuízos políticos ao partido.

Art. 9º - Constituem os deveres do Filiado:

I – participar, quando convocado, das reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos da administração partidária;

II – participar ativamente das campanhas eleitorais ou políticas de interesse do partido;

III – contribuir financeiramente com o partido, nos termos deste Estatuto, Regimento Interno e resoluções.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 10 - São órgãos do Partido:

I – de ação e direção: Diretório Nacional, Presidência de Honra, Diretórios Estaduais, do Distrito Federal, Municipais e Zonais, comissões Executivas e Conselho Nacional Consultivo;

II – de deliberação: Convenção Nacional, Convenções Estaduais e Municipais;

III – de ação parlamentar: Bancadas: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal, e Câmaras Municipais;

IV – de cooperação: Conselho de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária; Conselho Fiscal, Secretaria de Comunicação; Secretaria de Formação Política; Secretaria de Assuntos Parlamentares; Secretaria de Assuntos Jurídicos; Secretaria de Assuntos Internacionais; Secretaria do Multiculturalismo e Igualdade Racial; Secretaria da Mulher; Secretaria da Juventude; Secretaria do Idoso; Secretaria de Entidade de Classes (Sind. Assoc. e afins); Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Consultivo; Conselho Municipal; Departamentos; Movimentos; Fundação e outros que sejam criados para este fim.

§ 1º O Presidente Nacional poderá criar outros departamentos, comitês políticos, comissões, conselhos e secretarias, mediante proposta devidamente justificada e sempre para atender ao interesse de participação política de grupos sociais expressivos.

§ 2º As Comissões Executivas do Partido poderão organizar comissões técnicas para estudos de assuntos de interesse da Administração Pública e de planos e programas de governo.

§ 3º – Nos Municípios e nos Estados onde não houver Diretório organizado, a Comissão Executiva imediatamente superior ou a Comissão Executiva Nacional poderá designar Comissão Executiva Provisória, devendo prevalecer a criada pela Nacional, quando houver conflito, composta por, no mínimo, 12 (doze) membros, que acumulará as funções de órgão de execução e de direção na sua circunscrição;

§ 4º - As Comissões Executivas Provisórias terão tempo indeterminado e serão extintas quando outra for designada ou quando for eleito o Diretório na circunscrição.

Art. 11 - Os órgãos da administração partidária serão organizados nos Estados, Distrito Federal e nos Municípios por iniciativa da Comissão Executiva Nacional.

§ 1º - As Convenções Municipais só serão realizadas para eleição do respectivo Diretório para escolha de candidatos a Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e para deliberar sobre recursos ou representações formulados contra o Diretório Municipal.

§ 2º - As Convenções Regionais só serão realizadas para eleição do respectivo Diretório, para escolha de candidatos a Deputado Estadual, Deputado Distrital, Deputado Federal, Senador e Suplentes, Governador e Vice-Governador, ou para deliberar sobre recursos ou representações formulados contra o Diretório Regional.

§ 3º - Os Diretórios Regionais e Municipais reunir-se-ão para eleição da respectiva Comissão Executiva ou para deliberar sobre recursos ou reclamações formulados contra o respectivo órgão de execução administrativa.

§ 4º - Nas convenções Regionais para escolha dos candidatos deverá ter a anuência, por escrito, do Presidente Nacional.

§ 5º - Nas convenções Municipais com população superior a 300.000 (trezentos mil habitantes) para escolha dos candidatos, deverá ter a anuência, por escrito, do Presidente Nacional.

CAPÍTULO II

DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.

Art. 12 - A Convenção é o órgão supremo da administração partidária dentro da sua circunscrição e só poderá ser convocada por seu Presidente ou pelo Presidente Nacional do Partido.

§ 1º - As Convenções para eleição do Diretório, em qualquer circunscrição, só poderão ser convocadas pelo Presidente Nacional;

§ 2º - Compete a Comissão Executiva Nacional, por decisão da maioria de seus membros, a fixação das datas das Convenções ordinárias Municipais, Estaduais e da Nacional destinadas à eleição dos respectivos Diretórios e escolha dos Delegados e respectivos suplentes.

§ 3º - As Convenções para escolha de candidatos serão realizadas no período estabelecido por lei, mediante a convocação do Presidente da respectiva Comissão Executiva;

§ 4º - As Convenções para deliberar sobre recursos ou reclamações formuladas contra o Diretório serão convocadas pelo Presidente da respectiva Comissão Executiva, em caráter extraordinário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do protocolo do recurso ou reclamação.

Art. 13 - Todas as Convenções deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de nulidade:

I - publicação de edital na sede do Partido ou na imprensa local ou, em sua falta, a afixação no Cartório Eleitoral da Zona, como também na Câmara Municipal, com a antecedência mínima de dez (10) dias;

I.I - Para a Nacional, será com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para eleições;

I.II - o prazo para impugnação será de 05 (cinco) dias após a publicação;

II - indicação do lugar, dia e hora da reunião;

III - declaração da matéria objeto de deliberação incluída na pauta dos trabalhos;

IV - O número de membros e suplentes que serão eleitos no Diretório.

V - As Convenções para eleição dos diretórios regionais, municipais e nacional, obedecerão a calendário próprio estabelecido pela Comissão Executiva Nacional nos termos deste Estatuto.

§ 1º Os livros de Atas das Convenções e reuniões dos Diretórios Municipais, Regionais e Nacional serão abertos e encerrados pelos respectivos Presidentes e Secretários Gerais;

§ 2º A lista de presença constará do próprio livro.

§ 3º Caberá ao Presidente do Diretório Municipal, Estadual e Nacional convocar as respectivas convenções.

§ 4º Será de 02 (dois) anos a duração dos mandatos dos Diretórios Estaduais e Municipais e de 05 (cinco) anos o Diretório Nacional.

§ 5º A Executiva Nacional poderá permanecer por mandatos sucessivos, sem a necessidade de convocação para eleição, desde que a aprovada por 1/5 do Diretório Nacional, antes do vencimento do mandato.

Art. 14 - As Convenções poderão ser instaladas com a presença de qualquer número de convencionais, mas só poderão deliberar com o quórum mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos possíveis.

§ 1º O voto é direto e secreto, vedado votos por procuração e permitido o voto cumulativo;

§ 2º - Entende-se por voto cumulativo aquele dado por um mesmo convencional credenciado por mais de um cargo nos órgãos de direção, dos presidentes dos órgãos de cooperação e fundadores do partido.

§ 3º - As deliberações das Convenções Municipais ou das Convenções Regionais que contrariem as decisões legítimas dos órgãos nacionais de administração partidária poderão ser anuladas por deliberação da Comissão Executiva Nacional.

Art. 15 - As Convenções reunir-se-á:

I – ordinariamente, nas datas e para os fins previstos neste Estatuto;

II – extraordinariamente, pelo Presidente Nacional;

III – extraordinariamente, nas estaduais pelo seu presidente;

IV – extraordinariamente, nas municipais pelo seu presidente;

Art. 16 - Nos Estados onde não houver Diretório constituído ou houver ocorrido sua dissolução, a Comissão Executiva Nacional designará uma Comissão Provisória composta de, no mínimo, 12 (doze) membros.

Art. 17 - Nos Municípios ou Zonas Eleitorais onde não houver Diretório constituído ou houver ocorrido sua dissolução, a Comissão Provisória Estadual ou Comissão Executiva Nacional designará uma Comissão Provisória composta de, no mínimo, 12 (doze) membros, devendo prevalecer a criada pela Nacional, quando houver conflito.

Parágrafo único. As Comissões Provisórias designadas nos termos dos arts. 16 e 17 deste Estatuto poderão ser prorrogadas, substituídas ou modificadas a qualquer tempo, a critério da comissão executiva nacional.

Art. 18 - Em qualquer Convenção para a escolha de Diretório, somente será considerada eleita, inclusive a chapa única, que venha a receber no mínimo, 1/5 (um quinto) dos votos dos Convencionais possíveis.

§ 1º O Diretório não se constituirá se nenhuma das chapas concorrentes obtiver a votação prevista neste artigo.

Art. 19 - As Convenções Municipais serão compostas por todos os filiados ao partido na circunscrição;

Art. 20 - As Convenções Regionais serão compostas:

I – pelo Diretório;

II – pelo líder da bancada da Assembleia Legislativa no Estado;

III – pelos presidentes das Comissões Executivas Municipais.

Art. 21 - A Convenção Nacional será composta:

I – pelo Diretório Nacional;

II – pelo líder do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

III – pelos presidentes das Comissões Executivas Regionais;

IV – pelos membros fundadores do partido.

Art. 22 - Compete, privativamente, à Convenção Nacional:

I – Eleger o Diretório;

II – Indicar candidatos a cargos eletivos de presidente e vice-presidente da república e deliberar sobre coligações;

III – Conhecer e julgar recursos e reclamações propostas contra decisões dos Diretórios;

IV – Praticar outros atos permitidos por lei e pelo Estatuto do Partido.

Art. 23 - Compete, exclusivamente, à Convenção Nacional a deliberação sobre alteração do Estatuto, do Programa, Fundação e do Manifesto do Partido, sobre incorporação, fusão ou extinção do partido; neste caso, será exigida a deliberação de, no mínimo, 2/3 dos convencionais.

CAPÍTULO III DOS DIRETÓRIOS

Art. 24 - Os Diretórios eleitos na forma deste Estatuto considerar-se-ão empossados automaticamente após a proclamação dos resultados, tendo até 5 (cinco) dias de prazo para elegerem as comissões Executivas.

§ único. Os suplentes dos Diretórios serão convocados pelos respectivos Presidentes para substituírem, no caso de impedimento ou vaga, os membros efetivos com os quais se elegeram, observada a ordem de colocação nas respectivas chapas.

Art. 25 - O Diretório delibera com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria simples.

Art. 26 - Na hipótese de dissolução ou cancelamento do Diretório Municipal, Estadual, ou Nacional, será designada uma Comissão Provisória nos termos deste Estatuto, que elegerá um novo órgão que completará o mandato.

Art. 27 - O mandato dos membros do Diretório só se considera extinto com seu término, ou com a posse de seus substitutos eleitos em Convenção quando houver dissolução ou destituição.

Art. 28 - Nos Estados e Municípios onde não haja Diretório organizado, a Comissão Executiva imediatamente superior poderá nomear Comissão Executiva Provisória, que acumulará as funções de Comissão Executiva e Diretório na circunscrição.

Art. 29 - Perderá o mandato, automaticamente, o membro do Diretório que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, quando regularmente convocados, cabendo a Direção Executiva Nacional declarar a perda do respectivo mandato.

Art. 30 - O Diretório Nacional será formado por 120 (cento e vinte) membros e 1/3 de suplentes, eleitos por voto direto e secreto da Convenção Nacional, convocada para este fim.

§ 1º - O Diretório Nacional terá mandato de 5 (cinco) anos, contados da respectiva eleição, podendo ser reconduzido por mandatos sucessivos sem a necessidade de convocação para eleição, desde que a aprovada por 1/5 dos membros que compõem o Diretório Nacional, antes do vencimento do mandato;

§ 2º - Os suplentes serão convocados respeitando a ordem pela qual foram eleitos para substituição dos titulares nos casos de impedimento ou impossibilidade.

Art. 31 - As reuniões do Diretório Nacional só poderão ser convocadas pelo Presidente Nacional do Partido, por publicação de edital na sede do Partido ou na imprensa local ou, em sua falta, a afixação no TSE, com a antecedência mínima de cinco (05) dias.

Art. 32 - Cumpre ao Diretório Nacional:

I - supervisionar a atuação do Partido, visando ao cumprimento de suas finalidades;

II - aprovar o Plano Nacional de Ação Partidária;

III - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;

IV - eleger os membros dos Conselhos, das Secretarias e dos órgãos de cooperação de Direção Nacional;

V - julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou de órgãos estaduais;

VI - autorizar a organização de fundação ou outro tipo de entidade para atender, de modo mais adequado, ao desempenho de determinadas finalidades culturais e políticas do Partido;

VII - aplicar medidas disciplinares a órgãos e a filiados, na forma e disposição deste Estatuto;

VIII - eleger a Comissão executiva Nacional e consignar o cargo de presidente de honra;

IX - outros atos permitidos por lei e não vedados pelo Estatuto.

Art. 33 - Os Diretórios Regionais e Municipais serão eleitos pelas respectivas Convenções partidárias para um mandato de 2 (dois), anos e os Diretórios Regionais serão formados por 45 (quarenta e cinco) membros e 1/3 de suplentes; nos Diretórios municipais, acima de 300.000 (trezentos mil) habitantes serão formados por 45 (quarenta e cinco) membros e 1/3 de suplentes, e nos demais municípios serão formados por 21 (vinte e um) membros e 1/3 de suplentes.

§ 1º - As Convenções Partidárias para a eleição dos Diretórios Regionais e Municipais serão convocadas ou expressamente autorizadas pela Comissão Executiva Nacional, sendo nulas aquelas realizadas de outra forma;

§ 2º - Nos Municípios com mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, cada zona eleitoral ou unidade administrativa será comparada a Município.

§ 3º - As reuniões dos Diretórios Regionais e Municipais serão convocadas e presididas pelos Presidentes das Comissões Executivas respectivas.

Art. 34 - Compete ao Diretório Regional:

I - supervisionar a vida do Partido no Estado, visando o cumprimento de suas finalidades;

II - fazer cumprir o Estatuto e Regimento Interno do Partido;

III - fiscalizar a execução das deliberações de Convenções;

IV - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;

- V – julgar recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Estadual;
 - VI – deliberar sobre atos e normas praticadas pela Comissão Executiva submetidas à sua apreciação;
 - VII – aplicar medidas disciplinares a órgãos partidários e a filiados na forma e disposições deste Estatuto;
 - VIII – estabelecer diretrizes políticas não contrárias às fixadas pelos órgãos hierarquicamente superiores do Partido.
 - IX – baixar resoluções para disciplinar as matérias de interesse regional do partido, desde que autorizado pela Comissão Executiva Nacional e não contrarie o Estatuto.
- Art. 35 – Compete ao Diretório Municipal:
- I – supervisionar a vida do Partido no Município, visando ao cumprimento de suas finalidades;
 - II – fazer cumprir o Estatuto e Regimento Interno do Partido;
 - III – fiscalizar a execução das deliberações da Convenção;
 - IV – julgar os recursos que lhes sejam interpostos dos atos e decisões da Comissão Executiva;
 - V – estabelecer diretrizes políticas não contrárias às fixadas pelos órgãos hierarquicamente superiores do Partido.
 - VI – aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;
 - VII – deliberar sobre relatórios políticos e os atos praticados pela Comissão Executiva submetidos a seu exame.
 - VIII – baixar resoluções para disciplinar as matérias de interesse municipal do partido, desde que autorizado pela Comissão Executiva Nacional e que não contrarie o Estatuto.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES EXECUTIVAS

Art. 36 – As Comissões Executivas, serão eleitas pelo Diretório por voto secreto, para um mandato de 2 (dois) anos, para as Estaduais; Municipais e 5 (cinco) anos para a Nacional e será formada por:

- I – Comissões Executivas Municipais: Presidente; Vice-presidente; Secretaria Geral; Tesoureiro Geral; Secretaria do Multiculturalismo e Igualdade Racial; Secretaria da Mulher; Secretaria da Juventude; Secretaria do Idoso; Secretaria de Entidade de Classes (Sind. Assoc. e afins); Secretaria do Meio Ambiente; Líder da Câmara de Vereadores; 02 vogais; 03 suplentes;
 - II – Comissões Executivas Regionais: Presidente; Vice-presidente; 1º vice-Presidente; Secretaria Geral; 1º Secretário; Tesoureiro Geral; 1º Tesoureiro; Secretaria do Multiculturalismo e Igualdade Racial; Secretaria da Mulher; Secretaria da Juventude; Secretaria do Idoso; Secretaria de Entidade de Classes (Sind. Assoc. e afins); Secretaria do Meio Ambiente; Líder da Assembleia; 02 vogais; 05 suplentes;
 - III – Comissão Executiva Nacional: Presidente; Vice-presidente; 1º vice-Presidente; 2º vice-Presidente; Secretaria Geral; 1º Secretaria; 2º Secretaria; Tesoureiro Geral; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; Secretaria de Comunicação; Secretaria de Formação Política; Secretaria de Assuntos Parlamentares; Secretaria de Assuntos Jurídicos; Secretaria de Assuntos Internacionais; Secretaria do Multiculturalismo e Igualdade Racial; Secretaria da Mulher; Secretaria da Juventude; Secretaria do Idoso; Secretaria de Entidade de Classes (Sind. Assoc. e afins); Secretaria do Meio Ambiente; Líder do Senado; Líder da Câmara; 10 vogais; 10 suplentes;
- § 1º – A critério da Comissão Executiva Nacional as Comissões Executivas Regionais e Municipais poderão ser alteradas, com a substituição de seus membros por outros que compõem os respectivos Diretórios, desde que demonstrada a necessidade e a conveniência política partidária, sem prejuízos quanto à filiação partidária dos substituídos.

IV -As comissões Executivas Estaduais terão como prioridade ao cargo de Presidente, quem exercer o cargo de Deputado Federal, Senador e Deputado Estadual, respectivamente.

V - As Comissões Executivas Municipais, terão como prioridade ao cargo de Presidente, quem exercer o cargo de Prefeito, vice Prefeito e Vereador, respectivamente.

VI - Em caso de existir mais de um candidato com prioridade ao cargo de Presidente, o critério de desempate será o mais votado.

§ 1º - A critério da Executiva Nacional, o Presidente da Executiva Regional e Municipal poderá ser substituído a qualquer tempo, para que sejam atendidos os interesses Partidários.

§ 2º Os Suplentes serão convocados para as reuniões na medida em que sejam necessários para completar a composição do órgão.

§ 3º Na hipótese de vacância por morte, renúncia ou impedimento legal na Comissão Executiva, o Diretório, dentro de 30 (trinta) dias, elegerá o substituto entre seus membros efetivos.

Art. 37 - A Comissão Executiva reunir-se-á em data previamente convocada, ou extraordinariamente, sempre que necessário, pelo Presidente, devendo, em ambos os casos, a comunicação ser expedida pelo Secretário Geral.

Parágrafo único. Perderá automaticamente as funções na Comissão Executiva o membro que, sem justificativa, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não.

Art. 38 - Compete privativamente à Comissão Executiva Nacional:

I - expedir resolução estabelecendo normas para escolha dos candidatos do Partido aos cargos majoritários e proporcionais às eleições gerais, nos termos em que a lei eleitoral vigente dispuser;

II - promover o processo de averbação das alterações programáticas e estatutárias no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o registro do diretório e Comissão Executiva Nacional no Tribunal Superior Eleitoral nos termos da Lei eleitoral vigente e em estrito respeito às determinações do Diretório Nacional;

III - elaborar o calendário das atividades político-partidárias e praticar os atos necessários ao desenvolvimento da ação partidária;

IV - propor ao Diretório Nacional a aplicação de pena disciplinar a filiados e a órgãos do Partido;

V - elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual, submetendo-o à apreciação do Diretório Nacional;

VI - promover o registro dos candidatos do Partido a Presidente e Vice-Presidente da República na forma em que dispuser a legislação eleitoral vigente;

VII - convocar as reuniões do Diretório Nacional e a Convenção Nacional;

VIII - nomear Comissões Executivas Regionais e Municipais Provisórias, quando for de interesse do partido no município;

IX - fixar as contribuições financeiras dos filiados em todo o território nacional;

X - efetuar prestação de contas anual do Partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral;

XI - aplicar medidas disciplinares aos filiados e aos órgãos de administração partidária regional e municipal nos termos deste Estatuto;

XII - administrar, por representação do Presidente Nacional e do Tesoureiro, as contas bancárias do Diretório Nacional;

XIII - receber contribuições e doações, nos termos da lei;

XIV - apreciar e julgar, em primeira instância, reclamações partidárias propostas contra os Presidentes Regionais do Partido, Deputados Federais, Senadores, Governadores e Vice-Governadores, Ministros de Estado, Secretários de Governo Federal, Presidente da República e Vice-Presidente da República, quando filiados ao partido;

XV - apreciar e julgar, em última instância, os recursos e reclamações propostos contra atos das Convenções Partidárias Regionais e Municipais.

§ 1º - as decisões proferidas pela Comissão Executiva Nacional, nos termos do inciso XV, serão terminativas, e só caberá recurso ao Diretório Nacional quando a decisão modificar o entendimento da Convenção Regional e Municipal.

§ 2º - As atribuições da Comissão Executiva Nacional poderão ser praticadas, *ad referendum*, pelo Presidente Nacional do Partido quando necessitarem de urgência e não for possível reunir a Executiva no tempo necessário.

§ 3º - Compete ao Presidente:

a) - coordenar a execução do Projeto Político do Partido;

b) - autorizar conjuntamente com o Tesoureiro Geral as despesas ordinárias e extraordinárias;

c) - presidir as reuniões da Comissão Executiva, bem como as Convenções;

d) - admitir e demitir os funcionários;

- e) - ser o porta-voz do Partido;
- f) - deliberar sobre questões urgentes, excepcionalmente e em caráter de emergência, inclusive decisões quanto à composição de diretórios e comissões;
- g) - representar o Partido em juízo ou fora dele;
- h) - celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e fundações.
- i) - dirigir o Partido de acordo com as normas estatutárias e com as decisões dos seus órgãos deliberativos;
- j) - baixar Resoluções, Diretrizes e outros atos normativos ou executivos do Partido no âmbito da Jurisdição da sua competência;
- k) - solicitar ao Conselho de Ética Partidária e secretário jurídico exame de conduta de órgão ou de filiado ao Partido, com manifestação à Executiva Nacional;
- l) - elaborar o calendário de atividades partidárias, apresentando-o à Executiva Nacional;
- m) - preparar o Orçamento anual e o balanço financeiro, solicitando parecer do Conselho Fiscal.
- n) - proceder à anotação dos Diretórios Estaduais e Comissões Provisórias e suas respectivas Executivas perante a Justiça Eleitoral, após designadas pelo Comissão Executiva Nacional;
- o) - Promover ato de dissolução dos Diretórios e Comissões Provisórias nos Estados e Municípios, nos termos do estatuto, depois de ouvido o conselho consultivo;
- p) - Designar Comissões Provisórias, nos termos do estatuto.

§ 4º - Compete aos Vice-presidentes:

- a) - substituir o Presidente em suas ausências na ordem de sucessão estatutária;
- b) - coordenar juntamente com o Presidente na condução da política interna do Partido, assim como na execução do Projeto Político do Partido, praticar as relações internas do Partido;

§ 5º - Compete ao Secretário Geral:

- a) - secretariar as reuniões dos órgãos partidários e redigir suas atas, mantendo sob sua guarda os respectivos livros;
- b) - manter cadastro atualizado dos membros do Diretório Nacional;
- c) - efetuar levantamento estatístico do número de filiados do Partido, cargos eletivos e divulgar os dados;
- d) - substituir o Presidente, na ausência ou impedimento do Vice-Presidente e dos dois Vice-Presidentes;
- e) - providenciar o registro do Diretório e sua Comissão Executiva Nacional junto ao Tribunal Superior Eleitoral face às normas legais;
- f) - promover o processo de averbação das alterações programáticas e estatutárias no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o seu consequente registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Lei eleitoral vigente;
- g) - convocar, no caso de vacância, os suplentes na ordem de sua colocação na composição do órgão partidário.
- h) - Executar outras funções delegadas pelo Presidente

§ 6º - Compete ao Primeiro e Segundo Secretários:

- a) - Substituir o Secretário-Geral nos seus impedimentos ou ausências eventuais, e cumprir as atribuições que lhes forem por este delegada;
- b) - organizar a biblioteca e o acervo documental do Partido;
- c) - organizar o trabalho de arregimentação partidária, mantendo atualizado o cadastro de filiados do Partido.

§ 7º Compete ao Tesoureiro Geral:

- a) - desenvolver a gestão econômico-financeira dos Diretórios, adotando medidas para o aumento das receitas financeiras e garantir a efetividade das contribuições dos filiados;
- b) - ter sob sua guarda e responsabilidade o dinheiro, os valores e bens do Partido;
- c) - efetuar depósitos, recebimentos e os pagamentos, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques e demais documentos necessários à movimentação bancária;
- d) - organizar o balanço financeiro do exercício findo e, após examinado e aprovado pelo Conselho Fiscal Nacional, encaminhá-lo ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei;
- e) - criar os mecanismos necessários para manter em dia os pagamentos devidos ao Partido;

f) - administrar o patrimônio social, sendo vedado adquirir, alienar, arrendar ou hipotecar bens sem prévia deliberação da Comissão Executiva Nacional.

§ 8º - Compete ao Primeiro e Segundo Tesoureiros substituir o Tesoureiro Geral nas suas ausências.

§ 09º - Compete ao Secretário de Comunicação:

a) - promover a comunicação institucional e dar publicidade às ações do partido, levando a informação ao cidadão de forma completa, transparente e democrática, colaborando para construir a identidade pública do partido junto aos diversos meios de comunicação.

b) - coordenar e supervisionar a execução das ações do órgão, bem como as atividades de comunicação, propaganda, publicidade e relações públicas do partido com finalidade de dar publicidade aos atos do partido;

c) - executar as atividades de porta-voz do partido.

§ 10 - Compete ao Secretário de Formação Política:

a) - desenvolver, organizar e realizar eventos específicos voltados à formação política dos filiados do Partido;

b) - organizar e realizar cursos, palestras, seminários, congressos, oficinas etc., visando o aprimoramento da militância do Partido;

c) - praticar os atos relacionados à formação de quadros para o Partido e seus órgãos.

§ 11 - Compete ao Secretário de Assuntos Parlamentares:

a) - acompanhar a tramitação de proposições dos deputados do Partido no Congresso Nacional e manter a Comissão Executiva informada sobre as atividades parlamentares do Partido;

b) - planejar, organizar e realizar eventos envolvendo os parlamentares do Partido objetivando a troca de experiências.

§ 12 - Compete ao Secretário Assuntos Jurídicos:

a) - organizar e manter em dia os atos relativos às questões jurídicas relacionados com o Partido junto a Justiça;

b) - propor ao Presidente e Secretário Geral as providências que se fizerem necessárias à boa marcha aos atos Jurídicos do Partido;

c) - assessorar o Presidente, Comissão Executiva e Secretarias na interpretação e prática de questões jurídicas;

d) - atender filiados nas informações sobre o andamento de processos em tramitação no Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária;

e) - representar juridicamente o Partido e secretarias em todas as ações judiciais;

f) - além de manter informações de todos os processos da Nacional, das Regionais, Municipais e Secretárias;

g) - elaborar pareceres e resoluções;

§ 13 - Compete ao Secretário de Assuntos Internacionais:

a) - Estabelecer atos relacionados às relações internacionais do Partido;

b) - Desenvolver um Programa Internacional de Intercâmbio recíproco entre instituições com o Partido;

c) - manter a Comissão Executiva Nacional informada sobre as atividades internacionais do Partido e a agenda de reuniões de autoridades internacionais com membros do Partido;

d) - representar o Partido em reuniões internacionais;

e) - desenvolver manifestos e posicionamentos do Partido, para aprovação da Comissão Executiva, sobre questões internacionais.

§ 14 - Compete ao Secretário do Multiculturalismo e Igualdade Racial:

a) - Formular projetos sobre convívio multicultural e suas soluções, a evitar conflitos;

b) - Pesquisas dessa mistura de um indivíduo que não é branco nem índio, que tampouco é negro, mas que é simplesmente brasileiro.

c) - Estudos para introduzir no âmbito educacional a questão da diversidade - cultural, racial, social, objetivando o convívio multicultural que implica respeito ao outro, diálogo com os valores do outro.

§ 15 - Compete ao Secretário da Mulher:

a) - formular, coordenar e articular as políticas para as mulheres;

b) - elaborar e implementar campanhas educativas de combate à discriminação;

c) - promover e executar programas visando a promoção da igualdade;

d) - elaborar programas voltados à implementação de políticas para as mulheres;

- e) - promover debates e programas visando à diminuição da violência contra a mulher;
- § 16 - Compete ao Secretário da Juventude:
- a) - formular políticas e propor diretrizes voltadas à juventude;
 - b) - coordenar a implementação das ações voltadas para o atendimento aos jovens;
 - c) - formular e executar, programas, projetos e atividades para jovens;
 - d) - assegurar a participação dos jovens na construção das políticas voltada para o segmento;
 - e) - realização das conferências nacionais.
- § 17 - Compete ao Secretário do Idoso:
- a) - ações para o atendimento das necessidades das pessoas idosas;
 - b) - desenvolver política para assegurar os direitos do idoso e criando condições para a promoção de sua autonomia;
 - c) - assegurar a participação dos idosos na construção das políticas voltada para o segmento;
 - d) - integração e participação efetiva na família e na sociedade;
- § 18 - Compete ao Secretário de Entidade de Classes (Sind. Assoc. e afins):
- a) - formular políticas e propor diretrizes as entidades de Classes;
 - b) - coordenar e implementar políticas na defesa das entidades de Classes;
- § 19 - Compete ao Secretário do Meio Ambiente:
- a) - as atribuições relativas à gestão da política ambiental;
 - b) - criar ações mecanismos visando às funções de licenciamento, fiscalização, desenvolvimento e educação ambiental;
 - c) - coordenar e gerir o processo relativo ao Planejamento de integração da sociedade em defesa do Meio Ambiente;
- XVI - aprovar o regimento Interno do Partido e o Regulamento Administrativo,
- XVII - estabelecer diretrizes por meio de resoluções a serem seguidas pelo Partido;
- XVIII - ajuizar representação perante a Justiça eleitoral contra Senadores e Deputados Federais, Governadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, e a qualquer membro do Partido que tenha cargo, eletivo ou não, que se opuserem às normas previstas neste Estatuto e, em virtude de Lei;
- XIX - ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral contra Deputados Estaduais e Vereadores, que se opuserem às normas previstas neste Estatuto e, em virtude de Lei;
- XX - autorizar a organização de fundação ou outro tipo de entidade para atender, de modo mais adequado, ao desempenho de determinadas finalidades culturais e políticas do Partido;
- XXI - aplicar medidas disciplinares a órgãos e a filiados, na forma e disposição deste Estatuto e ao código de Ética e Disciplina;
- XXII - baixar resoluções e instruções necessárias à regulamentação das disposições deste Estatuto e, especificamente, quanto ao disciplinamento da filiação partidária, criação de órgãos de cooperação, contribuições financeiras, eleições prévias para escolha de candidatos, número mínimo de eleitores a serem filiados como exigência para a constituição de Diretórios estaduais, Municipais ou Zonais;
- XXIII - deliberar sobre casos omissos no Estatuto, e praticar todos os demais atos necessários à direção do Partido.
- XXIV - indicar todos os membros da fundação, conselho curador, Diretoria Administrativa, Conselho Fiscal.
- XXV - indicar os membros do Conselho Nacional Consultivo e demais conselhos;
- Art. 39 - Compete à Comissão Executiva Regional:
- I - administrar o partido no Estado;
 - II - efetuar a prestação de contas do partido junto ao Tribunal Regional Eleitoral e à Comissão Executiva Nacional, nos termos deste Estatuto;
 - III - nomear as Comissões Executivas Municipais Provisórias;
 - IV - convocar as Convenções e o Diretório Estadual;
 - V - requerer o registro do Diretório Estadual e da Comissão Executiva, junto à Justiça Eleitoral Regional, quando autorizado pela Executiva Nacional;
 - VI - comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral competente as alterações ocorridas na composição dos órgãos municipais;

VII – requerer o registro dos candidatos do Partido aos cargos majoritários e proporcionais, nos termos em que a lei eleitoral dispuser, quando autorizado pela Executiva Nacional;

VIII – elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;

IX – apreciar e julgar, em primeira instância, reclamações proposta contra presidentes municipais dos partidos, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vice-Prefeitos e Secretários de Estado filiados ao partido;

X – apreciar e julgar, em primeira instância, os recursos e reclamações propostos contra atos das Convenções Municipais.

§ 1º - as decisões proferidas pela Comissão Executiva Regional, nos termos do inciso X, serão terminativas, só sendo admitido o recurso ao Diretório Regional quando a decisão modificar o entendimento da Convenção Municipal.

§ 2º - os presidentes regionais do partido poderão, ad referendum da Comissão Executiva Regional, praticar os atos previstos nos incisos I, II e III, desde que urgentes e não for possível reunir a Executiva em tempo.

XI – manter atualizado o secretário Jurídico Nacional das ações administrativas e judiciais;

XII – comunicar as modificações na Executiva Estadual e as criações, alterações e dissolução das executivas Municipais;

Art. 40 – Compete à Comissão Executiva Municipal:

I – administrar o partido no Município;

II – promover a prestação de contas junto aos Juízes Eleitorais e junto à Comissão Executiva Nacional, nos termos deste Estatuto;

III – convocar a Convenção e o Diretório Municipal para os fins descritos neste Estatuto e quando necessário;

IV – enviar, quando necessário, ao Diretório Estadual, cópias das atas da eleição do Diretório e da Comissão Executiva Municipal, formalizadas para os fins de registro junto ao Tribunal Regional Eleitoral;

V – promover o registro dos candidatos do Partido a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores às eleições municipais junto à Justiça Eleitoral, na área de sua competência.

VI – elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual, submetendo à apreciação do Diretório;

VII – apreciar e julgar, em primeira instância, reclamações ou representações formuladas contra qualquer filiado, com a observação dos artigos anteriores;

VIII – apreciar e julgar, em primeira instância, reclamações ou representações formuladas contra vereadores e secretários municipais filiados ao partido;

§ 1º - os presidentes municipais poderão, ad referendum da Comissão Executiva, praticar os atos previstos nos incisos I e II, desde que urgentes e não seja possível reunir a Executiva em tempo;

IX – manter atualizado o secretário Jurídico Nacional das ações administrativas e judiciais;

X – comunicar as modificações na Executiva Municipal e as filiações e desfiliações.

CAPÍTULO V

DA PRESIDÊNCIA DE HONRA DO PARTIDO

Art. 41 - O Diretório Nacional, eleito pela Convenção Nacional para mandato de 5 (cinco) anos, consignará na mesma data da Convenção Nacional o Presidente de Honra do Partido.

§ 1º - O cargo de Presidente de Honra do Partido será consignado pela Comissão Executiva Nacional à pessoa de notória importância e contribuição para o desenvolvimento do Partido.

TÍTULO V

DAS FINANÇAS, DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

CAPÍTULO I

DAS FINANÇAS

Art. 42 – Compõem os recursos financeiros do Partido:

I – cotas do Fundo Partidário, nos termos da Lei;

II – contribuições dos filiados;

III – contribuição dos filiados detentores de mandatos eletivos ou ocupantes de cargos políticos por indicação do partido, na administração Pública direta ou indireta, de caráter temporário ou de confiança municipal, estadual e federal;

IV – doações não vedadas por lei;

V – arrecadação com a comercialização de produtos de divulgação;

VI – rendas provenientes de investimentos financeiros, bens, valores e serviços;

VII – outros não vedados por lei.

§ 1º – os valores das contribuições de que trata o inciso II e III serão estabelecidos, recebidos e cobrados pela Comissão Executiva Nacional;

§ 2º – as contribuições de que trata o inciso III contribuirão com o valor correspondente a 7% (sete por cento), dos proventos brutos;

§ 3º – é vedado ao partido, em qualquer nível administrativo, nos termos da Lei 9.096/95, receber doações e utilizar recursos de fontes não identificadas;

§ 4º – as doações de bens e serviços deverão ser estimadas em dinheiro e contabilizadas em valores de mercado.

Art. 43 – Cumpre à Comissão Executiva manter conta bancária distinta para recebimento dos recursos do fundo partidário e outra conta para movimentação de recursos próprios, provenientes de outras fontes de receita.

Art. 44 – Os valores provenientes do Fundo Partidário serão administrados pela Comissão Executiva Nacional, que poderá, de acordo com a possibilidade financeira, transferir parte dos recursos aos órgãos regionais e municipais da administração partidária, exceto para o Instituto ou Fundação do Partido, obedecendo aos seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) para o Diretório Nacional.

II - 20% (vinte por cento) para a Fundação do Partido;

III – 5% (cinco por cento) para participação política das mulheres;

IV - 5% (cinco por cento) para os Diretórios Regionais regularmente constituídos, que poderão ser transferidos para a Fundação do Partido, a critério das respectivas direções regionais. Os Diretórios Regionais que não abdicarem repassarão 50% (cinquenta por cento), de sua cota correspondente para os Diretórios Municipais que estiverem devidamente habilitados.

§ 1º - Não havendo interesse do Diretório Estadual ou Municipal em receber a quota que tem direito, esta reverterá ao Diretório Nacional.

§ 2º - Para o repasse da importância a que se refere o item IV, a Comissão Executiva Nacional observará os seguintes critérios:

a) 20% (vinte por cento) do total será distribuído em partes iguais aos Diretórios Estaduais constituídos e com seus órgãos devidamente anotados no Tribunal Regional Eleitoral;

b) 80% (setenta por cento) do total será distribuído aos Diretórios referidos na alínea anterior, proporcionalmente ao número de representantes que tenham no Congresso Nacional;

Art. 45 -. É vedado ao Partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – autoridade ou órgão público, ressalvadas as doações referentes ao Fundo Partidário;

III – autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recurso concorram órgãos ou entidades governamentais;

IV – entidades de classe ou sindical.

CAPÍTULO II

DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 46 - O Partido, por meio de suas Comissões Executivas, manterá escrituração contábil de forma a permitir o conhecimento de suas receitas e a destinação de suas despesas.

Parágrafo único. A elaboração de contas de que trata o caput será de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e de conformidade com a legislação eleitoral vigente.

Art. 47 - As Comissões Executivas elaborar-se-ão balancetes mensais e, anualmente, balanços gerais, a serem submetidos ao exame e apreciação dos Conselhos Fiscais, estes por meio de relatórios aos respectivos Diretórios.

Art. 48 - Os balanços deverão conter, entre outros, os seguintes itens:

I – discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do Fundo Partidário;

II – origem e valor das contribuições e doações;

III – despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios e demais atividades de campanha.

Art. 49 – Os órgãos municipais, estaduais, regionais, órgãos de cooperação e apoio da administração partidária deverão prestar contas mensalmente de suas receitas e despesas à Comissão Executiva Nacional, até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês, sob pena de intervenção.

Parágrafo único – além da exigência do caput, os órgãos da administração partidária prestarão contas, anualmente, à Justiça Eleitoral, nos termos da lei.

Art. 50 – todas as despesas do partido deverão ser realizadas por cheques nominativos ou créditos bancários identificados, salvo aquelas de valores considerados inferiores ao correspondente a 10% (dez por cento) do salário mínimo, que poderão ser realizadas em dinheiro, com a reserva dos respectivos documentos contábeis.

Art. 51 -. A Justiça Eleitoral exercerá a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas do Partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e recursos aplicados, nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:

I – obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos, para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais.

II – caracterização da responsabilidade dos dirigentes do Partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão civil e criminalmente por quaisquer irregularidades;

III – escrituração contábil, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;

IV – obrigatoriedade de ser conservada pelo Partido a documentação comprobatória de suas prestações de contas, por prazo não inferior a cinco anos;

V – obrigatoriedade de prestação de contas, pelo Partido, seus comitês e candidatos, no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato na conta Bancária da Executiva Nacional do Partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

Art. 52 - O Partido estará obrigado a enviar anualmente à Justiça eleitoral o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte ou em data determinada pela Justiça Eleitoral.

§ 1º O balanço contábil de que trata o caput será examinado pelo conselho Fiscal e submetido à votação do Diretório.

§ 2º O balanço contábil do Diretório Nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo que dos Diretórios Estaduais aos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Diretórios Municipais e Zonais aos Juízes Eleitorais.

§ 3º Os Diretórios Estaduais, Municipais e Zonais a Executiva Nacional.

§ 4º No ano em que ocorrerem eleições, o Partido deverá enviar balancetes mensais à Justiça Eleitoral durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito, de acordo com instruções especiais a serem elaboradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.096/95, art. 32, § 3º).

CAPÍTULO III

DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO NACIONAL CONSULTIVO.

Art. 53 - O Conselho Fiscal, organizado a níveis Municipais, Estaduais e Nacional, será composto de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designado pela respectiva Comissão Executiva, e terá o mandato de 2 (dois) anos nos níveis Municipais e Estaduais e de 5 (cinco) anos a nível Nacional.

Art. 54 - Compete ao Conselho Fiscal:

I – eleger seu corpo diretivo, constituído pelo Presidente, Secretário e um Relator;

II – acompanhar o desenvolvimento das atividades financeiras do Partido;

III – fiscalizar a execução do orçamento contábil do Partido;

IV – emitir parecer conclusivo sobre o balanço financeiro, de modo a orientar o Diretório;
V – supervisionar a elaboração do balanço contábil e das demais peças necessárias, a prestação de conta anual de forma a permitir o conhecimento da origem da receita, e da destinação da despesa;

VI – solicitar da presidência os esclarecimentos que julgar necessário ao exato e fiel cumprimento de suas finalidades;

VII – examinar se a escrituração contábil está de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Regional dos Contabilistas, e na lei eleitoral vigente.

Art. 55 - O Conselho Nacional Consultivo organizado a nível Nacional, será composto de 7 (sete) membros efetivos, composto por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Relator e 3 (três) membros, e 02 (dois) suplentes, designado pela Comissão Executiva Nacional e terá o mandato de 5 (cinco) anos.

Art. 56 - Compete ao Conselho Nacional Consultivo:

I – oferecer sugestões ao Diretório Nacional sobre assuntos de relevante interesse da política nacional e partidária;

II – Opinar, quando solicitado pela Comissão Executiva Nacional, quanto à dissolução de Diretórios e Comissões Provisórias nos Estados ou Municípios;

III - Opinar, quando solicitado pela Comissão Executiva Nacional, quanto à indicação de Comissões Provisórias nos Estados ou Municípios;

IV – Opinar sobre qualquer matéria de relevante interesse político, por iniciativa própria ou por solicitação da respectiva Comissão Executiva;

V – Opinar, quando solicitado pela Comissão Executiva Nacional, quanto às composições e coligações majoritárias e proporcionais.

VI - Opinar, quando solicitado pela Comissão Executiva Nacional ou pelo Presidente, em assuntos relacionados ao Partido.

TÍTULO VI

DO CONSELHO DE ÉTICA DISCIPLINA, DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA, DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA

Art. 57 - As Convenções Nacional, Estadual, Municipal, Zonal e Secretarias elegerão, dentre os filiados, um Conselho de Ética e Disciplina, ao qual competirá, no âmbito de sua jurisdição, conhecer de representação contra membros e órgão do Partido, julgando-os e aplicando-lhes as penas previstas neste Estatuto.

§ 1º. O Conselho Nacional de Ética e Disciplina compor-se-á de 7 (sete) membros e 4 (quatro) suplentes; os Estaduais, de 5 (cinco) membros e 3 (três) suplentes; os Municipais, Zonais e Secretarias, de 3 (três) membros e 2 (dois) suplentes, e deverão estarem filiados ao Partido.

§ 2º. não poderão integrar ao Conselho de Ética e Disciplina:

I – os membros de Diretório do mesmo nível;

II – os titulares de cargo eletivo do mesmo nível;

III – os membros de órgão de apoio, de cooperação e ação partidária, de movimento social e de sub-órgão setorial;

IV- qualquer pessoa que mantenha contrato de prestação de serviços com o Partido, com ou sem vínculo empregatício.

§ 3º. Os Conselhos de Ética e Disciplina serão eleitos mediante chapas completas, inscritas perante a Comissão Executiva respectiva, nos mesmos termos e prazos fixados para os demais órgãos partidários.

§ 4º Os Conselhos de Ética e Disciplina terão mandatos de 02 (dois) anos, para os Regionais; Municipais, zonais e Secretarias e de 05 (cinco) para a Nacional.

Art. 58 - O Código de Ética e Disciplina disporá sobre os Conselhos previstas neste Capítulo e sobre o processo e julgamento das violações de deveres partidários.

§ 1º. A arguição para instauração de processo de violação de deveres partidários será feita perante a Comissão Executiva do nível correspondente, que decidirá sobre sua remessa ao Conselho de Ética respectiva.

§ 2º. Da decisão denegatória caberá recurso, na forma disciplinada no Código de Ética, ao órgão hierarquicamente superior.

Art. 59 - Os Conselhos de Ética e Disciplina poderão determinar a publicidade de suas decisões, fixando, nas mesmas, a forma pela qual se deverá dar cumprimento a tal determinação, de conformidade com o estabelecido no Código de Ética e Disciplina.

CAPÍTULO II

DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA

Art. 60 - Compreende ato de infidelidade partidária, sujeito às sanções disciplinares e legais:

- I - deixar de mencionar a sigla, o número e o nome do partido em propaganda eleitoral;
- II - apoiar candidato de outro partido ou de outra coligação em eleições que o partido participe, sem autorização expressa da Executiva Nacional;
- III - utilizar cargos ou função política para auferir vantagens ilegais em seu benefício ou de terceiros;
- IV - nomear, para cargos ou funções públicas, pessoas que não tenham notória competência e compromisso com o partido;
- V - se parlamentar, votar em matérias controvertidas, contra os interesses ou determinação da direção do partido;
- VI - negociar a legenda com autoridades políticas em evidente prejuízo do partido ou para auferir vantagens financeiras pessoais;
- VII - quando detentor de mandato eletivo no legislativo, migrar para outra legenda.

§ 1º - a infração disciplinar prevista no inciso I importará em advertência pública e, persistindo o vício, no cancelamento do registro de candidatura e multa, que será arbitrada pela executiva nacional;

§ 2º - as infrações disciplinares previstas incisos II, V e VI sujeitarão o infrator à suspensão da filiação partidária por três meses; se candidato a cargo eletivo, ao cancelamento do registro de candidatura; se líder do partido, ao afastamento da liderança; se dirigente, à destituição imediata da função e multa, que será arbitrada pela executiva nacional;

§ 3º - as infrações disciplinares previstas nos incisos III e IV importarão na retirada da indicação política do partido e na substituição do indicado e multa, que será arbitrada pela executiva nacional;

§ 4º - a infração prevista no inciso VII importará no ajuizamento da competente ação judicial para cassação do mandato eletivo e multa, que será arbitrada pela executiva nacional.

Art. 61 - Estão sujeitos às medidas disciplinares, na forma da lei e deste estatuto, e deverão ser aplicadas pela Comissão Executiva Nacional e compreenderão:

- I - aos órgãos de direção partidária: advertência e dissolução;
- II - aos filiados: advertência, suspensão, multa e expulsão;
- III - aos candidatos: cancelamento da candidatura;
- IV - aos dirigentes partidários: advertência pública, multa e destituição da função;
- V - aos detentores de mandato eletivo e os ocupantes de função pública por indicação do partido: advertência pública, multa e expulsão.

§º único - toda medida disciplinar importará na garantia do amplo direito de defesa e contraditório.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 62 - qualquer filiado ou órgão de administração partidária poderá representar contra os filiados ao Partido Republicano da Ordem Social ou órgãos da administração partidária, exceto os Conselhos de Ética e Disciplina e seus membros, em petição fundamentada, expondo fatos e apontando o ato de indisciplina.

§ 1º - As representações contra filiados e detentores de mandato deverão ser protocoladas na Comissão Executiva e as representações contra órgãos da administração partidária serão direcionados ao órgão imediatamente superior;

§ 2º - Recebida à reclamação, o órgão julgador designará relator para apreciação da reclamação e este apreciará, imediatamente, o cabimento da reclamação e a formalidade do pedido;

§ 3º - No prazo improrrogável de 2 (dois) dias, o relator designado emitirá parecer fundamentado, rejeitando ou admitindo a reclamação. Se admitida, será notificado o reclamado e encaminhado a este cópia da reclamação para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar sua defesa;

§ 4º - O relator, apreciada a defesa, no prazo de 5 (cinco) dias expedirá relatório e voto, e convocará o órgão julgador e as partes envolvidas para o julgamento e decisão;

§ 5º - Das decisões caberá, recurso imediato ao órgão da administração partidária imediatamente superior, podendo o recorrente, no prazo de 03 (três) dias, juntar as suas alegações;

§ 6º - impetrado o recurso, o órgão revisor nomeará um relator que, no prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer e convocará o órgão para apreciação e julgamento do recurso.

§ 7º - em caso de prazos divergentes do estabelecido no código de Ética prevalecerá o mais benéfico para o representado.

TÍTULO VII

DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO, EXTINÇÃO E FUNDAÇÃO.

Art. 63 - O Diretório Nacional fixará normas especiais no caso de fusão, incorporação, extinção e destinação de seu patrimônio.

Art. 64 - Em caso de extinção do Partido, seu patrimônio será destinado a entidades congêneres, culturais ou assistenciais, escolhidas pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 65 - Fica autorizada a Comissão Executiva Nacional promover, imediatamente após o registro do partido, a criação da Fundação Partidária, nos termos da lei, junto ao órgão do Ministério Público da Capital Federal e sua nomeação.

TÍTULO VIII

DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA E DO ESTATUTO

Art. 66 - Nenhuma proposta de alteração total ou parcial do Programa e do Estatuto será submetida à Convenção Nacional sem prévia aprovação da maioria absoluta dos membros do Diretório Nacional, após divulgação com, no mínimo, 05 (cinco) dias antes de sua realização e a sua ampla divulgação entre seus órgãos e filiados do projeto.

§º único. O Programa e o Estatuto será alterado sempre que for necessário e para os fins de adaptar-se à Constituição Federal e às normas legais.

Art. 67 - Este estatuto só poderá ser reformado por Convenção Nacional, mediante deliberação de, pelo menos, 2/3 de seus membros e em reunião convocada especificamente para esse fim.

Art. 68 - Os membros dos órgãos do Partido responderão, solidária e subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome do partido quando assumidas de acordo com a lei, na conformidade dos objetivos partidários e de acordo com as disposições deste Estatuto.

Art. 69 - Os casos omissos e as dúvidas provenientes deste estatuto serão discutidos e definidos, soberanamente, pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 70 - Este estatuto entra em vigor quando aprovado pela Convenção e publicado no Diário Oficial da União, devendo após ser registrado no cartório competente do Registro civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal.

Brasília, 05 de janeiro de 2014.

Euripede Gomes de Macêdo Júnior
Presidente